

**POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS NO BRASIL E SEU PROCESSO DE
APLICABILIDADE****CIGOGNINI, F. C.; RIGO, J. S.¹**

Os diálogos vinculados ao campo educacional, atualmente, estão permeados de significativas transformações, nesse sentido, a educação, ao longo do tempo, precisou se reorganizar para conseguir abranger todas as singularidades que estão dispostas no âmbito educacional. Diante desse contexto, essa pesquisa visa identificar as leis que abarcam a Educação Especial no Brasil, buscando discutir e refletir as abordagens inclusivas na perspectiva legal, entender suas especificidades, conceitos e aplicabilidade. A metodologia responsável pela construção desse estudo é baseada em uma pesquisa bibliográfica e documental, de cunho qualitativo. A partir desse levantamento, buscou-se identificar as leis que integram a Educação Especial no Brasil e analisar os aspectos pertinentes no que se refere a sua aplicabilidade. As principais bibliografias que nortearam a pesquisa foram Bezerra (2020), Dias (2017), Ferre (2011), Rogalski (2010), Skliar (2003), Souza e Rangel (2017) e análise documental foi realizada a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado - AEE e a Lei Brasileira da Inclusão. Com base nas leituras e análises realizadas, pôde-se identificar muitos avanços no âmbito educacional inclusivo, porém, notou-se lacunas que precisam ser problematizadas e colocadas à tona, principalmente em relação à estrutura escolar e a formação dos educadores e educadoras. Apesar da orientação normativa quanto a inclusão educacional, muitas são as dificuldades em efetivar o acesso aos conhecimentos escolares através das práticas pedagógicas desenvolvidas. Apesar da clareza que a escola deve levar em consideração as necessidades únicas de cada aluno e alterar sua estrutura para acomodar quaisquer as dificuldades dos seus estudantes, respeitando seu ritmo de aprendizagem, estado emocional, situação econômica e condições gerais de aprendizado, muitas são as dúvidas quanto as práticas pedagógicas adequadas, mediante uma formação inicial dos professores que não aprofunda o tema. Neste sentido, faz-se necessário repensar a formação inicial e implementar políticas públicas que diante o contexto das escolas inclusivas, amplie a discussão no âmbito normativo.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Especial; Políticas Públicas.

Origem: Pesquisa.

Instituição Financiadora: Financiamento próprio das autoras.

¹Fabiana Cristina Cigognini: Estudante. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação - PPGPE- da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS-, Campus Erechim/RS.

Jaqueline de Souza Rigo. Estudante. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação - PPGPE- da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS-, Campus Erechim/RS.